



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Março-11/2012

Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor-Fiscal Tributário Municipal I
Área de Especialização Gestão Tributária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A 2 Legislação Tributária Municipal
Direito

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**

Siglas utilizadas:

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS
Cadastro de Contribuintes Mobiliários – CCM
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e
Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU
Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* – ITBI
Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos – TFE
Taxa de Fiscalização de Anúncios – TFA
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde – TRSS
Estabelecimento Gerador de Resíduos Sólidos – EGRS
Grau de Salubridade dos Resíduos Sólidos – GRSR
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP

1. A Empresa Olivata Ltda. atua preponderantemente como comerciante e, esporadicamente, presta serviços de transporte municipal e de transporte intermunicipal. Com base na legislação municipal paulistana que regulamenta o ISS, o serviço prestado pela Olivata Ltda. de transporte
 - (A) municipal não pode ser considerado fato gerador do ISS, ainda que seja a atividade preponderante do prestador, da mesma forma que o serviço de transporte intermunicipal não é fato gerador do ISS por estar no âmbito de incidência do ICMS.
 - (B) intermunicipal pode ser considerado fato gerador do ISS, ainda que não seja atividade preponderante do prestador, ao passo que o serviço de transporte municipal não é fato gerador do ISS por estar no âmbito de incidência do ICMS.
 - (C) municipal pode ser considerado fato gerador do ISS, ainda que não seja atividade preponderante do prestador, ao passo que o serviço de transporte intermunicipal não é fato gerador do ISS por estar no âmbito de incidência do ICMS.
 - (D) intermunicipal não pode ser considerado fato gerador do ISS, desde que seja a atividade preponderante do prestador, da mesma forma que o serviço de transporte municipal não é fato gerador do ISS por estar no âmbito de competência do ICMS.
 - (E) municipal pode ser considerado fato gerador do ISS ainda que não seja atividade preponderante do prestador, da mesma forma que o serviço de transporte intermunicipal é fato gerador do ISS por não estar no âmbito de incidência do ICMS.

2. Empresa Marista S.A. foi contratada para prestar serviço de pesquisa de opinião sobre o "paladar do paulistano", pela empresa Food Ltda., que está instalando uma cadeia de restaurantes no Município de São Paulo. A empresa Food Ltda. firmou contrato de rateio de despesas com sua controladora, a empresa Food Inc., situada nos Estados Unidos da América, de forma que o serviço prestado pela Marista S.A. foi pago pela Food Inc., representando ingresso de divisas oriundas do exterior no território nacional. Nesse caso,
 - (A) há incidência de ISS, tendo-se em vista que o resultado da prestação de serviços foi verificada no território nacional, não se configurando a existência de exportação de serviços, para fins da legislação municipal.
 - (B) não há incidência de ISS, tendo-se em vista que houve ingresso de divisas no território nacional, configurando-se a existência de exportação de serviços, para fins da legislação municipal.
 - (C) há incidência de ISS, tendo-se em vista que a isenção anteriormente prevista às exportações de serviços foi revogada.
 - (D) não há incidência de ISS, tendo-se em vista que o resultado da prestação de serviços não foi verificado no território nacional, configurando-se a existência de exportação de serviços, para fins de legislação municipal.
 - (E) há incidência de ISS, tendo-se em vista que não existe previsão de isenção de ISS para exportação de serviços.

3. Empresa X S.A., estabelecida em Barueri, contrata, em 25/03/2009, a empresa Correa B.V.I, estabelecida no exterior, para lhe prestar serviços de consultoria técnica, que são realizados integralmente no exterior. A prestação é finalizada em 23/04/2010, sem qualquer recolhimento de ISS. Em 25/07/2011, X S.A. altera sua sede social para o Município de São Paulo, deixando de ser estabelecida em Barueri. Nesse caso, o ISS
 - (A) é devido à União Federal e ao Município de São Paulo, por tratar-se de serviço proveniente do exterior.
 - (B) é devido, exclusivamente, ao Município de São Paulo, onde se encontra atualmente o estabelecimento contratante.
 - (C) não é devido ao Município de São Paulo, haja vista que o serviço é proveniente do exterior.
 - (D) é devido ao Município de São Paulo, em virtude da previsão da solidariedade ativa, que norteia o regime jurídico do ISS incidente sobre a importação de serviços.
 - (E) não é devido ao Município de São Paulo, tendo-se em vista que o estabelecimento de serviços da contratante estava situado em Barueri, no momento em que houve a prestação de serviços.



4. Associação Esperança, entidade de assistência social sem fins lucrativos, estabelecida no Município de São Paulo, goza de imunidade, contrata a prestadora de serviços Outsorcing Ltda., estabelecida em Ribeirão Preto, para prestar serviços de fornecimento de mão de obra, em seu estabelecimento. Nos termos da legislação paulistana, a Associação Esperança
- (A) é responsável pelo ISS devido na operação, haja vista que o serviço prestado pela Outsorcing Ltda. é de fornecimento de mão de obra, embora o ISS não seja devido ao Município de São Paulo.
 - (B) não é responsável pelo ISS devido na operação, haja vista que o ISS não é devido ao Município de São Paulo.
 - (C) não é responsável pelo ISS devido na operação, haja vista gozar de imunidade.
 - (D) é responsável pelo ISS devido na operação, haja vista que o serviço é de fornecimento de mão de obra e o ISS é devido ao Município de São Paulo.
 - (E) não é responsável pelo ISS devido na operação, haja vista que a Outsorcing Ltda. encontra-se estabelecida no Município de Ribeirão Preto.
-
5. A empresa X S.A. tem como objeto social a consultoria em informática. Tem sede no Rio de Janeiro, onde recolhe, integralmente, o ISS incidente sobre suas atividades. No Município São Paulo, mantém uma sala, com computadores, uma telefonista e três consultores que atendem a demanda dos tomadores estabelecidos no Município de São Paulo. A empresa X S.A.,
- (A) por não possuir estabelecimento no Município de São Paulo, não está obrigada a recolher ISS ao Município de São Paulo.
 - (B) por possuir estabelecimento no Município de São Paulo, está obrigada a recolher o ISS incidente sobre os serviços prestados no referido estabelecimento ao Município de São Paulo.
 - (C) por possuir estabelecimento no Município de São Paulo, está obrigada a recolher o ISS ao Município de São Paulo, apenas no montante da quantia que superar o valor do ISS já recolhido no Município do Rio de Janeiro.
 - (D) ainda que não possua estabelecimento no Município de São Paulo, está obrigada a recolher o ISS ao Município de São Paulo, apenas no montante da quantia que superar o valor do ISS já recolhido no Município do Rio de Janeiro.
 - (E) ainda que não possua estabelecimento no Município de São Paulo, está obrigada a recolher o ISS ao Município de São Paulo em seu valor integral.
-
6. A pessoa jurídica Engenharia Tecson Movement Ltda. apresenta pedido de consulta ao Município de São Paulo. Informa que é composta por sócios que prestam serviços de engenharia de forma pessoal, e que, em 2011, foram alienadas quotas correspondentes a 50% do capital social da sociedade à pessoa jurídica Ipson Participações S.A., estabelecida no Brasil, constituída de capital 100% nacional, especializada em investir em pessoas jurídicas de médio porte. Constitui teor da consulta a possibilidade de aplicação do regime especial de recolhimento do imposto, em que a receita bruta é estabelecida a partir de um valor fixo, multiplicada pelo número de profissionais habilitados. O contribuinte foi corretamente informado de que o regime especial é
- (A) aplicável à Engenharia Tecson Movement Ltda. porque se trata de serviços de engenharia e os sócios engenheiros prestam serviços de forma pessoal, sendo irrelevante que haja sócias que sejam pessoas jurídicas.
 - (B) inaplicável à Engenharia Tecson Movement Ltda. porque apenas as pessoas físicas poderão se aproveitar desse benefício.
 - (C) inaplicável à Engenharia Tecson Movement Ltda. porque possui sócia que apenas aporta o capital.
 - (D) aplicável à Engenharia Tecson Movement Ltda. porque se trata de serviços de engenharia e os sócios engenheiros prestam serviços de forma pessoal, e a única sócia pessoa jurídica é estabelecida no Brasil, e constituída de capital 100% nacional.
 - (E) inaplicável à Engenharia Tecson Movement Ltda. porque esse benefício apenas pode ser pleiteado pelas sociedades empresárias.
-
7. Determinado contribuinte presta serviço, tributado com a alíquota de 5%, cujo preço é de R\$ 100,00. No contrato, há previsão de desconto de 20%, desde que o pagamento do serviço seja realizado até o dia primeiro do mês subsequente à emissão da Nota Fiscal. O tomador de serviço pagou no dia primeiro do mês subsequente ao da emissão da Nota Fiscal. Contudo, pagou apenas 50% do valor do serviço, ficando inadimplente, quanto ao restante. Nesse caso, o valor do ISS devido é de
- (A) R\$ 2,50 pelo prestador de serviços e no valor de R\$ 2,50 pelo tomador de serviços.
 - (B) R\$ 4,00.
 - (C) R\$ 2,50.
 - (D) R\$ 2,00.
 - (E) R\$ 5,00.



8. A empresa Alfa Ltda., prestadora de serviços de suporte técnico de informática, contribui, no mês de abril de 2010, com R\$ 900,00 ao Fundo Municipal de Inclusão Digital, podendo se aproveitar, por conta disso, de desconto relativo ao ISS, nos termos da legislação municipal de São Paulo. No mês de abril de 2010, sem considerar qualquer desconto, o ISS por ela devido é de R\$ 30,00. Já no mês de maio de 2010, o ISS devido, sem considerar qualquer desconto, é R\$ 150,00. Por fim, no mês de junho de 2010 o ISS devido é de R\$ 600,00. Diante do exposto, e considerando-se que Alfa Ltda. não possui direito a qualquer outro benefício aplicável ao ISS, poderá pagar, a título do referido imposto,
- (A) R\$ 30,00 no mês de abril de 2010; R\$ 100,00 no mês de maio de 2010 e R\$ 600,00 no mês de junho de 2010.
 - (B) R\$ 0,00 no mês de abril de 2010; R\$ 0,00 no mês de maio de 2010 e R\$ 0,00 no mês de junho de 2010.
 - (C) R\$ 30,00 no mês de abril de 2010; R\$ 0,00 no mês de maio de 2010 e R\$ 370,00 no mês de junho de 2010.
 - (D) R\$ 0,00 no mês de abril; R\$ 0,00 no mês de maio de 2010 e R\$ 600,00 no mês de junho de 2010.
 - (E) R\$ 20,00 no mês de abril de 2010; R\$ 200,00 no mês de maio de 2010 e R\$ 400,00 no mês de junho de 2010.
-
9. Para realizar determinada obra, a empreiteira Rocha Construtora S.A. contrata o profissional autônomo Júlio Cesar Ribeiro, a título de subempreitada. A base de cálculo do ISS devido pela Rocha Construtora S.A. será apurada
- (A) com dedução integral do valor referente à subempreitada, tendo-se em vista a vedação à bitributação.
 - (B) com dedução presumida de 32%, desde que o contribuinte opte pela modalidade de ISS presumido.
 - (C) sem dedução do valor da subempreitada de Júlio Cesar Ribeiro, tendo em vista tratar-se de profissional autônomo.
 - (D) com dedução integral do valor referente à subempreitada, apenas na hipótese de Júlio Cesar Ribeiro estar devidamente inscrito no CCM.
 - (E) com dedução presumida de 32%, desde que o contribuinte opte pela modalidade de ISS presumido e que Júlio Cesar Ribeiro esteja devidamente inscrito no CCM.
-
10. Sovacs Consultoria Ltda. realizou retenção na fonte e recolheu o ISS ao Município de São Paulo, na qualidade de responsável, relativo a serviço de construção civil que lhe foi prestado pela Construtap Ltda. Considerando que o recolhimento e a retenção na fonte foram efetivadas em valor superior ao devido, a restituição do valor recolhido indevidamente é
- (A) viável, desde que solicitada pela Construtap Ltda.
 - (B) inviável, seja solicitada pela Sovacs ou pela Construtap Ltda.
 - (C) viável, seja solicitada pela Sovacs ou pela Construtap Ltda.
 - (D) viável, desde que solicitada pela Sovacs Consultoria Ltda.
 - (E) viável, desde que solicitada pela Construtap Ltda. mediante apresentação de certidão negativa de débito.
-
11. A construtora KPM Ltda., estabelecida no Município do Rio de Janeiro, presta serviços de construção civil no Município de São Paulo e, frequentemente, toma serviços de prestadores de serviços estabelecidos no Município de São Paulo que emitem NFS-e. No âmbito do Programa Nota Fiscal Paulistana, a construtora KPM Ltda.
- (A) não faz jus a créditos para abatimento de impostos municipais, por não possuir estabelecimento no Município de São Paulo.
 - (B) poderá se aproveitar de até 30% do ISS devidamente recolhido pelos prestadores de serviços.
 - (C) poderá se aproveitar de crédito de até 10% do ISS devidamente recolhido pelos prestadores de serviços.
 - (D) poderá se aproveitar de crédito de até 15% do ISS devidamente recolhido pelos prestadores de serviços.
 - (E) poderá se aproveitar de crédito de até 5% do ISS devidamente recolhido pelos prestadores de serviços.
-
12. A empresa TOPPEGAS, estabelecida no Município de São Paulo, é tomadora de serviços mas não solicita aos prestadores os documentos exigidos pela administração pública, cuja utilização esteja prevista em regulamento ou outorgada por regime especial. Nesse caso, a tomadora de serviços
- (A) será tributada com alíquota do ISS majorada.
 - (B) terá o estabelecimento declarado inidôneo pela autoridade competente.
 - (C) estará sujeita a regime especial de recolhimento, com alíquota presumida de 2,8%.
 - (D) estará sujeita a ISS com base de cálculo majorada.
 - (E) será responsável pelo ISS devido pela prestadora de serviços.



13. No Município de São Paulo,
- I. a alíquota de ISS relativa aos serviços de locação de bens móveis é de 5%;
 - II. a alíquota mais elevada é de 5%;
 - III. as alíquotas de ISS são progressivas, levando-se em conta a capacidade contributiva do contribuinte.
- Está correto o que afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
14. Ferraz Ltda. adquire estabelecimento da Maribrás S.A., continuando a exploração dos serviços então prestados pela alienante. Considerando-se que a Maribrás S.A. não cessou com a exploração de sua atividade, a empresa Ferraz Ltda. responde pelos tributos, relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato de aquisição
- (A) de forma pessoal.
 - (B) de forma solidária com a Maribrás S.A.
 - (C) até o limite de 50% de todos os débitos.
 - (D) de forma subsidiária.
 - (E) apenas no caso de conluio, fraude ou simulação.
-
15. Empresa X S.A. sofre a lavratura de auto de infração. As incorreções, omissões ou inexatidões existentes em tal auto de infração não o tornam nulo quando dele constem elementos suficiente para determinação
- (A) da reincidência do sujeito passivo.
 - (B) do saldo credor, disponível ao autuado.
 - (C) da alíquota do imposto e do percentual de penalidade aplicável.
 - (D) da boa fé do agente fiscal.
 - (E) do crédito tributário, caracterização da infração e identificação do autuado.
-
16. Auditor-Fiscal Tributário Municipal constata que determinado sujeito passivo, em tese, suprimiu ISS devido, mediante declaração falsa apresentada às autoridades administrativas. Nesse caso, a notícia crime deverá ser enviada ao Ministério Público após
- (A) a constituição do crédito tributário, se este não for pago integralmente, ainda que apresentada defesa.
 - (B) a constituição do crédito tributário, ainda que este seja pago integralmente ou seja apresentada defesa.
 - (C) a constituição do crédito tributário, se este não for pago integralmente e não for apresentada defesa.
 - (D) o julgamento de segunda instância administrativa, desde que mantida a exigência fiscal, total ou parcialmente, ainda que o crédito tributário seja pago integralmente, após o proferimento da referida decisão.
 - (E) a constituição do crédito tributário, ainda que este seja pago integralmente, desde que não apresentada defesa.
-
17. Determinada nota fiscal indica o valor do serviço cobrado pela prestador e destaca o valor do ISS por ele devido. Nos termos da legislação paulistana, o valor do ISS destacado na nota fiscal é considerado
- (A) como receita adicional do prestador de serviço, devendo ser acrescido à base de cálculo do próprio imposto (cálculo por dentro), a exemplo do que ocorre com o ICMS.
 - (B) parte integrante e indissociável do preço, constituindo o respectivo destaque nos documentos fiscais mera indicação de controle.
 - (C) redutor da base de cálculo, sob pena de bitributação.
 - (D) de responsabilidade solidária entre as partes, desde que a alíquota seja inferior a 5%.
 - (E) passível de ser suprimido, desde que apresentado requerimento ordinário de dispensa à repartição competente.



18. Contribuinte sofre auto de infração, apurando-se que a base de cálculo do ISS era de R\$ 1.000,00. Um ano depois, é lavrado lançamento complementar, por erro de fato, tendo-se em vista que a base de cálculo, na realidade, era de R\$ 100.000,00. O referido lançamento complementar
- (A) poderia ter sido realizado, no prazo disponível à Fazenda Municipal.
 - (B) não poderia ter sido realizado, pela proibição de dupla acusação sobre a mesma infração.
 - (C) poderia ter sido realizado, a qualquer tempo, haja vista que a inexatidão é causa de interrupção do prazo prescricional.
 - (D) poderia ter sido realizado, a qualquer tempo, haja vista que a inexatidão é causa de interrupção de preempção.
 - (E) apenas poderia ter sido realizado, se devidamente fundamentada a mudança de critério jurídico adotado pela autoridade administrativa, observado contraditório e devido processo legal.
-
19. Jucs Serviços Ltda. deixou de pagar o ISS destacado em notas fiscais de serviços eletrônica emitidas. O débito tributário de ISS, após a cobrança amigável, será enviado para
- (A) lavratura de lançamento complementar, observado o contraditório e ampla defesa.
 - (B) inscrição em dívida ativa, com os acréscimos legais devidos.
 - (C) lavratura de auto de infração, observado o contraditório e ampla defesa.
 - (D) lavratura de auto de infração, dispensado o contraditório e ampla defesa por ser ato unilateral do sujeito passivo.
 - (E) inscrição em dívida ativa, sem nenhum acréscimo, por se configurar a denúncia espontânea.
-
20. Certo contribuinte comete prática de infração, em 01 de janeiro de 2006, submetendo-se a multa de R\$ 100,00. Em 05 julho de 2006, é condenado de forma definitiva pela administração pública, em razão de tal infração, e em 05 maio de 2008, em fiscalização, percebe-se que o contribuinte houvera cometido a mesma infração em julho de 2005 e em 05 de agosto de 2006. Considerando-se que, no período, o valor da multa não sofreu alteração, pelas infrações ocorridas em 01 de janeiro de 2006, julho de 2005 e em 05 de agosto de 2006, o valor da multa exigida deve ser, respectivamente, em reais,
- (A) 200,00; 100,00 e 240,00.
 - (B) 100,00; 100,00 e 100,00.
 - (C) 100,00; 200,00 e 240,00.
 - (D) 100,00; 100,00 e 200,00.
 - (E) 200,00; 200,00 e 200,00.
-
21. Considere:
- I. A incidência de ISS depende do resultado financeiro obtido decorrente da prestação de serviços.
 - II. A nomenclatura do serviço é relevante para determinar a incidência do ISS.
 - III. O ISS incide sobre a prestação dos serviços constantes da lista veiculada na legislação municipal.
- Está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, apenas.
 - (E) I e II, apenas.



22. A Empresa Magna Comércio S.A. é tomadora de serviços de prestadores estabelecidos no Município de São Paulo. Dessa empresa, a fiscalização tributária
- (A) pode examinar os impressos, documentos, papéis, livros, declarações de dados, programas e arquivos magnéticos ou eletrônicos, armazenados pelo contribuinte, com fim específico de cumprimento de obrigações acessórias, desde que a obrigação de fornecer cada um desses documentos seja expressa e individualmente prevista em regulamento.
 - (B) pode examinar quaisquer impressos, documentos, papéis, livros, declarações de dados, programas e arquivos magnéticos ou eletrônicos, armazenados por qualquer meio, apenas relativos aos serviços aos quais ela seja responsável, nos termos da legislação vigente.
 - (C) não pode examinar quaisquer impressos, documentos, papéis, livros, declarações de dados, programas e arquivos magnéticos ou eletrônicos, armazenados por qualquer meio.
 - (D) não pode examinar quaisquer impressos, documentos, papéis, livros, declarações de dados, programas e arquivos magnéticos ou eletrônicos, armazenados por qualquer meio, no entanto, a Fiscalização poderá solicitar o compartilhamento de informações com outros municípios, mediante celebração de convênio.
 - (E) pode examinar quaisquer impressos, documentos, papéis, livros, declarações de dados, programas e arquivos magnéticos ou eletrônicos, armazenados por qualquer meio, relativos aos serviços por ela contratados.
-
23. Em fevereiro de 2012, Jurandir Costa, proprietário de bem imóvel residencial localizado no Município de São Paulo, realizou uma reforma em seu imóvel que resultou no desdobro do bem e consequente alteração do seu valor venal. O lançamento do Imposto Predial, referente ao exercício de 2012, será efetuado considerando a situação
- (A) do imóvel em 1^o de janeiro de 2012.
 - (B) dos novos imóveis em 1^o de janeiro de 2013.
 - (C) dos novos imóveis no primeiro dia do mês subsequente ao desdobro, de forma proporcional ao número de meses ainda restantes do exercício.
 - (D) dos novos imóveis no primeiro dia do mês subsequente ao desdobramento, de forma integral.
 - (E) dos novos imóveis na data da entrega da declaração de atualização de dados do imóvel no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo.
-
24. Luan Carvalho é proprietário de bem imóvel, exclusivamente residencial, com área de 400 m² construídos, localizado na zona urbana do Município de São Paulo. Considerando o valor venal do imóvel de R\$ 1.300.000,00, o valor devido a título de IPTU, desconsiderando eventuais acréscimos, descontos e benefícios fiscais concedidos pela legislação municipal, é de
- (A) R\$ 10.000,00.
 - (B) R\$ 12.000,00.
 - (C) R\$ 12.200,00.
 - (D) R\$ 13.000,00.
 - (E) R\$ 13.200,00.
-
25. Leonardo de Oliveira é proprietário de bem imóvel comercial localizado na zona urbana do Município de São Paulo. Considerando o valor venal do imóvel de R\$ 5.000.000,00, o valor devido a título de IPTU, desconsiderando eventuais acréscimos, descontos e benefícios fiscais concedidos pela legislação municipal, é de
- (A) R\$ 50.000,00.
 - (B) R\$ 37.500,00.
 - (C) R\$ 75.000,00.
 - (D) R\$ 62.500,00.
 - (E) R\$ 87.500,00.



26. João Pedro, proprietário de um terreno baldio, de aproximadamente 1.500 m², localizado no centro da cidade, foi notificado pela Prefeitura do Município de São Paulo para promover o adequado aproveitamento do imóvel com fundamento na função social da propriedade. Diante de tal notificação, o proprietário deverá
- (A) pagar IPTU progressivo no tempo, mediante a majoração anual e consecutiva da alíquota pelo prazo de 5 anos, até o limite máximo de 15%, em caso de descumprimento das condições e prazos previstos na lei.
 - (B) comunicar à Prefeitura do Município de São Paulo o início da utilização do imóvel ou protocolar pedido de alvará de aprovação e execução de edificação ou projeto de parcelamento do solo, no prazo máximo de 2 anos, do recebimento da notificação.
 - (C) iniciar as obras de execução de edificação ou parcelamento do solo, no prazo máximo de 6 meses da aprovação do projeto de parcelamento do solo ou alvará de aprovação e execução de edificação.
 - (D) comunicar à Prefeitura do Município de São Paulo a conclusão do parcelamento do solo, ou da edificação do imóvel ou da primeira etapa de conclusão da obra, no caso de empreendimento de grande porte, no prazo máximo de 8 anos, a partir do início da obra.
 - (E) apresentar à Prefeitura do Município de São Paulo justificativa pelo inadequado aproveitamento de imóvel urbano, sob pena de desapropriação do imóvel, no prazo de 30 dias, do recebimento da notificação.
-
27. Agente Fiscal do Município, em cumprimento de ordem de fiscalização, averiguou que a empresa Empreendimentos S.A., proprietária de imóvel urbano situado no Município de São Paulo, deixou de recolher aos cofres públicos o valor devido do IPTU, em razão de dados por ela não declarados, em declarações estabelecidas pela Administração Tributária. Tal conduta (cuja prática dolosa NÃO foi constatada) está sujeita à penalidade de
- (A) multa agravada, equivalente a 150% do valor do crédito tributário que deixou de ser constituído em função dos dados não declarados, sem prejuízo do lançamento de ofício da diferença.
 - (B) multa equivalente a 50% do valor do crédito tributário que deixou de ser constituído em função dos dados não declarados, sem prejuízo do lançamento de ofício da diferença.
 - (C) multa equivalente a 25% do valor do crédito tributário que deixou de ser constituído em função dos dados não declarados, sem prejuízo do lançamento de ofício da diferença.
 - (D) pena de perdimento do bem.
 - (E) multa equivalente a 75% do valor do crédito tributário que deixou de ser constituído em função dos dados não declarados, sem prejuízo do lançamento de ofício da diferença.
-
28. João Maurício, proprietário de bem imóvel residencial localizado no Município de São Paulo, não promoveu o pagamento do IPTU, referente ao exercício de 2010 na data de seu vencimento. Tal débito tributário, não pago no respectivo vencimento, fica acrescido de
- I. multa equivalente a 25% sobre o valor do imposto devido, quando apurado o débito pela fiscalização.
 - II. multa equivalente a 0,33%, por dia de atraso, sobre o valor do imposto devido, até o limite de 20%.
 - III. multa equivalente a 0,51%, por dia de atraso, sobre o valor do imposto devido, até o limite de 40%.
 - IV. juros moratórios de 1% ao mês, a partir do mês imediato ao do vencimento.
 - V. atualização monetária, na forma da legislação municipal específica.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e V.
 - (B) IV e V.
 - (C) III, IV e V.
 - (D) I, IV e V.
 - (E) II, IV e V.



29. Álvaro Celso é detentor da posse direta do imóvel X, localizado na zona urbana do Município de São Paulo, mediante contrato de locação celebrado em 2005 com Vitória Cristina, detentora da posse indireta do imóvel. Desde 2008, no entanto, Álvaro Celso deixou de pagar aluguel por não saber do paradeiro de Vitória Cristina. Nos termos do Decreto nº 52.703/11, do Município de São Paulo, o IPTU é devido por quem detém a
- (A) propriedade do imóvel, exclusivamente, independentemente de quem exerça a posse direta do imóvel.
 - (B) posse indireta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade subsidiária do possuidor direto, a critério da repartição competente.
 - (C) posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos, a critério da repartição competente.
 - (D) posse direta do imóvel, exclusivamente, em razão do desaparecimento dos possuidores indiretos.
 - (E) posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade subsidiária dos possuidores indiretos, a critério da repartição competente.
-
30. Maria Regina, viúva de João Miguel, ex-combatente que lutou na 2ª Guerra Mundial, é proprietária de bem imóvel, de 800 m², situado no Município de São Paulo, utilizado para sua moradia. Quanto à incidência do IPTU é correto afirmar, nos termos do Decreto nº 52.703/11 do Município de São Paulo, que
- (A) há isenção do imposto. A isenção é restrita tão somente à moradia de propriedade do ex-combatente e/ou viúva, se extingue com a morte do ex-combatente e/ou viúva e não pode ser transferida a herdeiros ou terceiro.
 - (B) não há isenção do imposto. A isenção é restrita tão somente a imóveis de até 500 m² de propriedade do ex-combatente e/ou viúva, se extingue com a morte do ex-combatente e/ou viúva e não pode ser transferida a herdeiros ou terceiro.
 - (C) não há isenção do imposto. A isenção é restrita tão somente a imóveis de até 500 m² de propriedade do ex-combatente e/ou viúva e pode ser transferida aos herdeiros diretos, desde que menores de dezoito anos e/ou dependentes.
 - (D) há isenção do imposto. A isenção é restrita tão somente à moradia de propriedade do ex-combatente e/ou viúva e pode ser transferida aos herdeiros diretos, desde que menores de dezoito anos e/ou dependentes.
 - (E) não há isenção. A isenção se restringe apenas ao imóvel de moradia de ex-combatente que lutou na 2ª Guerra Mundial, não podendo ser transferida a herdeiros ou terceiro.
-
31. Maria Zilda adquiriu, com recursos próprios e mediante pagamento à vista, bem imóvel localizado no Município de São Paulo. O valor da operação foi de R\$ 400.000,00. Considerando como sendo este o valor venal do imóvel averbado na escritura e desconsiderando eventuais acréscimos, descontos e benefícios fiscais concedidos pela legislação municipal, sobre a transmissão de propriedade do bem incide o ITBI no valor de
- (A) R\$ 7.000,00.
 - (B) R\$ 7.200,00.
 - (C) R\$ 8.000,00.
 - (D) R\$ 10.000,00.
 - (E) R\$ 12.000,00.
-
32. Arlindo Costa, fiscal tributário do Município de São Paulo, verificou ATRASO no pagamento do ITBI, feito sem a inclusão da multa moratória prevista na legislação, em operação de transmissão de imóvel realizada no Município de São Paulo. Nesta situação, será o contribuinte notificado a pagar multa, dentro do prazo de
- (A) 30 dias, à razão de 20% do valor do imposto devido, atualizada monetariamente e acrescida dos juros moratórios de 1% ao mês, sobre o valor proporcional do crédito tributário.
 - (B) 30 dias, à razão de 10% do valor do imposto devido, atualizada monetariamente e acrescida dos juros moratórios de 1% ao mês, sobre o valor integral do crédito tributário.
 - (C) 10 dias, à razão de 50% do valor do imposto devido, atualizada monetariamente e acrescida dos juros moratórios de 1% ao mês, sobre o valor proporcional do crédito tributário.
 - (D) 30 dias, à razão de 50% do valor do imposto devido, atualizada monetariamente e acrescida dos juros moratórios de 1% ao mês, sobre o valor integral do crédito tributário.
 - (E) 10 dias, à razão de 30% do valor do imposto devido, atualizada monetariamente e acrescida dos juros moratórios de 1% ao mês, sobre o valor integral do crédito tributário.



33. Antonio Rodrigues é proprietário de um restaurante/churrascaria no Município de São Paulo. O valor devido pelo estabelecimento a título de TFE, em razão de inspeção sanitária, nos termos da tabela VII do Decreto nº 52.703/11 do Município de São Paulo-SP, é de R\$ 462,00
- (A) quando da efetiva inspeção.
 - (B) anuais.
 - (C) mensais.
 - (D) multiplicado pelo nível de salubridade do estabelecimento, determinado pela tabela VII do Decreto Municipal.
 - (E) multiplicado pela categoria do estabelecimento, determinado pela tabela VII do Decreto Municipal.
-
34. Aline Rosa era proprietária de uma academia de dança no Município de São Paulo, que encerrou suas atividades em julho de 2011. A TFE naquele exercício
- (A) não é devida, em razão do encerramento das atividades do estabelecimento antes do término do exercício fiscal.
 - (B) é devida proporcionalmente aos meses em que o estabelecimento foi explorado, dentro do período considerado.
 - (C) é devida integralmente, apenas se a efetiva fiscalização for verificada antes do encerramento das atividades do estabelecimento, dentro do período considerado.
 - (D) é devida proporcionalmente aos meses em que o estabelecimento foi explorado, apenas se a efetiva fiscalização for verificada antes do encerramento das atividades do estabelecimento, dentro do período considerado.
 - (E) é devida integralmente, ainda que o estabelecimento tenha sido explorado apenas em parte do período considerado.
-
35. Brilhantina Ltda. é empresa que presta serviço de organização de espetáculos artísticos no Município de São Paulo e foi contratada por outra pessoa jurídica para organizar um evento em local com capacidade de lotação acima de 10.000 pessoas. O valor devido a título de TFE, em razão da realização do evento, nos termos da tabela VII do Decreto nº 52.703/11 do Município de São Paulo-SP, é de R\$ 2.000,00
- (A) multiplicado pelo nível de salubridade do estabelecimento, determinado pela tabela VII do Decreto Municipal.
 - (B) multiplicado pela categoria do estabelecimento, determinado pela tabela VII do Decreto Municipal.
 - (C) anuais.
 - (D) por evento.
 - (E) mensais.
-
36. Para custear o serviço de fiscalização de anúncios, fundado no poder de polícia do Município, a Prefeitura de São Paulo instituiu a TFA. Nos termos do Decreto nº 52.703/11 do Município de São Paulo, a referida taxa
- I. incide uma única vez por período de incidência, independentemente da quantidade de mensagens veiculadas em determinado anúncio.
 - II. não incide quanto aos anúncios destinados a fins patrióticos e à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos.
 - III. incide quanto aos anúncios e emblemas de hospitais, sociedades culturais e esportivas, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.



37. LDC Publicidades deseja veicular anúncio animado (com mudança de cor, desenho e luzes), com tamanho acima de 20 m², no Município de São Paulo. O valor devido a título de TFA, nos termos da tabela X do Decreto nº 52.703/11 do Município de São Paulo, é de R\$ 450,00
- (A) mensalmente, por período de duração do anúncio.
 - (B) mensalmente, por unidade de anúncio.
 - (C) mensalmente, independente do número de anúncios veiculados.
 - (D) anualmente, por unidade de anúncio.
 - (E) anualmente, independente do número de anúncios veiculados.
-
38. Guilherme Amantes é proprietário de um estabelecimento que presta serviços hospitalares de cirurgia plástica, sediado no Município de São Paulo. A TRSS é devida
- (A) mensalmente, em razão da utilização potencial do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde, de fruição obrigatória, prestados em regime público.
 - (B) anualmente, em razão da utilização potencial do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde, de fruição obrigatória, prestados em regime público.
 - (C) trimestralmente, em razão da utilização potencial do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde, de fruição obrigatória, prestados em regime público.
 - (D) mensalmente, em razão da efetiva utilização do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde, de fruição obrigatória, prestados em regime público.
 - (E) anualmente, em razão da efetiva utilização do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde, de fruição obrigatória, prestados em regime público.
-
39. Adelino Silva, agente fiscal do Município de São Paulo constatou a ocorrência de fato gerador da TRSS e deve efetuar a lavratura do lançamento fiscal. A base de cálculo desse tributo é
- (A) fixa, determinada em razão da quantidade de geração potencial de resíduos sólidos gerados, transportados, tratados e objetos de destinação final.
 - (B) equivalente ao custo da prestação dos serviços, rateada entre os contribuintes, em razão do tipo de resíduos sólidos gerados, transportados, tratados e objetos de destinação final.
 - (C) equivalente ao custo da prestação dos serviços, rateada entre os contribuintes, em razão do tipo de resíduos sólidos gerados, na proporção da quantidade de geração efetiva de resíduos sólidos gerados, transportados, tratados e objetos de destinação final.
 - (D) fixa, determinada em razão do tipo de resíduos sólidos gerados, transportados, tratados e objetos de destinação final.
 - (E) equivalente ao custo da prestação dos serviços, rateada entre os contribuintes, na proporção da quantidade de geração potencial de resíduos sólidos gerados, transportados, tratados e objetos de destinação final.
-
40. Olharbem, estabelecimento hospitalar instalado no Município de São Paulo, realiza fato gerador da TRSS. O valor devido, pelo estabelecimento, a título da referida taxa, desconsiderando eventuais acréscimos, descontos e benefícios fiscais concedidos pela legislação municipal, é de R\$ 4.513,49, devido
- (A) mensalmente, em razão da classificação da tabela de EGRS.
 - (B) anualmente, em razão da classificação da tabela de EGRS.
 - (C) anualmente, em razão da classificação da tabela de GSRS.
 - (D) mensalmente, em razão da classificação da tabela de GSRS.
 - (E) anualmente, em razão da quantidade efetiva de resíduo sólido produzido declarada à fiscalização municipal.



41. Klin Slin é contribuinte da TRSS. Além de pagar o tributo, é seu dever perante a Administração Tributária
- I. efetuar escrituração diária da quantidade, em quilos, de resíduos sólidos de serviço de saúde gerados apresentados à coleta.
 - II. apresentar mensalmente a escrituração diária da quantidade gerada à fiscalização municipal.
- III. declarar sua faixa de EGRS e efetuar o pagamento do tributo devido.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

42. Claudio Ladeira é proprietário de bem imóvel, localizado no Município de São Paulo, em via não asfaltada. Em janeiro de 2012, a Prefeitura iniciou a execução de plano de obra pública de pavimentação da via, cujo edital prevê a incidência de Contribuição de Melhoria aos imóveis beneficiados pela obra. Essa Contribuição será arrecadada dos proprietários de imóveis beneficiados por obras

- (A) de pavimentação de vias e logradouros, executadas pela Prefeitura por meio de seus órgãos da Administração direta ou indireta, em relação aos imóveis localizados na zona rural.
- (B) de pavimentação de vias e logradouros, executadas pela Prefeitura por meio de seus órgãos da Administração direta ou indireta.
- (C) de pavimentação, reparação e recapeamento de pavimento, de alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos e de colocação de guias e sarjetas, em relação aos imóveis localizados na zona urbana.
- (D) de reparação e recapeamento de pavimento, de alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos e de colocação de guias e sarjetas, em relação aos imóveis localizados na zona urbana.
- (E) públicas, executadas pela Prefeitura exclusivamente por meio de seus órgãos da Administração direta.

43. Carlos Maximus é proprietário de bem imóvel localizado no Município de São Paulo. Verificada a ocorrência de fato gerador da Contribuição de Melhoria envolvendo seu imóvel, foi notificado para o pagamento do tributo. NENHUMA parcela anual da contribuição de Melhoria poderá ser superior a

- (A) 8% do valor venal do imóvel, apurado para efeito de cálculo do IPTU, no exercício de cobrança de cada uma dessas parcelas.
- (B) 5% do valor venal do imóvel, apurado para efeito de cálculo do IPTU, no exercício de cobrança da contribuição.
- (C) 3% do valor venal do imóvel, apurado para efeito de cálculo do IPTU, no exercício de cobrança de cada uma dessas parcelas.
- (D) 20% do valor apurado de IPTU, no exercício de cobrança de cada uma dessas parcelas.
- (E) 40% do valor apurado de IPTU, no exercício de cobrança da contribuição.

44. Letícia Barbieri, proprietária de bem imóvel localizado no Município de São Paulo, não promoveu o pagamento da Contribuição de Melhoria, incidente sobre seu imóvel, na data de seu vencimento. Tal débito tributário, não pago no respectivo vencimento, fica acrescido de

- I. multa moratória de 20%, se o pagamento efetuar-se após o vencimento.
 - II. multa moratória de 25% sobre o valor da contribuição devida, quando apurado o débito pela fiscalização.
- III. multa equivalente a 0,33%, por dia de atraso, sobre o valor do imposto devido, até o limite de 30%.
- IV. juros moratórios de 1% ao mês, a partir do mês imediato ao do vencimento.
 - V. correção monetária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e V.
- (B) II, IV e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) IV e V.
- (E) I, IV e V.



45. Para custear o serviço de iluminação pública, nos moldes da competência estabelecida no art. 149-A da Constituição Federal, a Prefeitura de São Paulo instituiu a COSIP. Com relação à referida contribuição, nos termos do Decreto nº 52.703/11 do Município de São Paulo, é correto afirmar que

- I. contribuinte é todo aquele possua ligação de energia elétrica regular ao sistema de fornecimento de energia.
- II. são isentos os contribuintes residentes ou instalados em vias ou logradouros que não possuam iluminação pública.
- III. são isentos os contribuintes vinculados às unidades consumidoras classificadas como "tarifa social de baixa renda".

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, apenas.

DIREITO

Direito Constitucional

46. De acordo com previsão da Constituição da República em matéria orçamentária, depende de lei complementar

- (A) a fixação de metas e prioridades anuais da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- (B) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- (C) a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de comoção interna ou calamidade pública.
- (D) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- (E) o estabelecimento de normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

47. Proposta de Emenda à Constituição subscrita por 28 Senadores tem por objeto estender aos empregados domésticos os mesmos direitos e garantias previstos na Constituição para empregados urbanos e rurais. A proposta é aprovada em dois turnos, pelo voto de 55 Senadores em cada um. Nessa hipótese, a proposta

- (A) não poderia ter sido apresentada por Senadores, por tratar-se de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, padecendo, assim, de vício de inconstitucionalidade.
- (B) deverá ser submetida à discussão e apreciação da Câmara dos Deputados, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver o voto de 3/5 de seus membros em ambos os turnos.
- (C) deverá ser arquivada, por não ter alcançado o *quorum* suficiente para votação, no Senado Federal, não podendo a matéria em questão ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (D) deverá ser encaminhada à sanção e promulgação do Presidente da República, para que passe a valer como emenda à Constituição.
- (E) não poderia ter sido sequer objeto de deliberação pelos Senadores, por dispor sobre direitos e garantias fundamentais, considerados cláusulas pétreas da Constituição.

48. Considerados os princípios constitucionais da ordem econômica, lei municipal que impedisse a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área do Município seria

- (A) incompatível com a Constituição da República, por ofensa ao princípio da livre concorrência.
- (B) incompatível com a Constituição da República, por ofensa ao princípio da soberania nacional.
- (C) compatível com a Constituição da República, em virtude do princípio da função social da propriedade.
- (D) compatível com a Constituição da República, em virtude do princípio da busca do pleno emprego.
- (E) incompatível com a Constituição da República, por ofensa ao princípio do tratamento favorecido às empresas de pequeno porte.



49. A Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados por União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações, contempla as seguintes previsões:

"Art. 1º. (...)

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

- I. os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, do Judiciário e do Ministério Público;
- II. as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios."

"Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: (...)

VII. informação relativa:

- a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

(...)

§ 1º O acesso à informação previsto no *caput* não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado."

"Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

- I. recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa; (...)"

Considere, a esse respeito, as seguintes afirmações, à luz da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais:

- I. É indevida a subordinação dos órgãos e entidades referidos no parágrafo único, do art. 1º, ao regime da lei de acesso a informações, pois a Constituição determina que, para tanto, é necessária prévia autorização judicial.
- II. O § 1º do artigo 7º é compatível com a Constituição da República, ao permitir que haja restrição de acesso a informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- III. O artigo 32, inciso I, é incompatível com a Constituição da República no que se refere à previsão de responsabilização de agentes públicos pelo retardamento no fornecimento de informações.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

50. Na hipótese de o Tribunal de Contas do Município de São Paulo deparar-se com ilegalidade na execução de contrato celebrado por órgão da Administração Direta Municipal, prevê a Lei Orgânica do Município que o Tribunal

- (A) deverá assinalar prazo para que o órgão adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sustentando a execução contratual, se não atendido o prazo.
- (B) poderá solicitar ao Poder Executivo que adote, de imediato, as providências cabíveis, mas não está autorizado a aplicar sanções aos responsáveis.
- (C) deverá emitir parecer prévio informativo, a ser elaborado e enviado à Câmara Municipal no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data do recebimento do contrato.
- (D) poderá aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, mas não poderá sustar a execução contratual, decisão que compete à Câmara Municipal adotar.
- (E) deverá suspender, de imediato, o andamento de qualquer diligência em relação ao contrato em questão, submetendo o assunto à apreciação da Câmara Municipal.



51. No ano de 2002, foi criado, por lei do Município, o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo. O Conselho é composto, entre outros, por representantes de órgãos e entidades públicos municipais, estaduais e federal, todos designados, e por representantes de entidades comunitárias e de organizações populares ligados à habitação, eleitos de forma direta. O Conselho Municipal de Habitação tem caráter deliberativo, fiscalizador e consultivo e possui como objetivos básicos o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de habitação.

A criação do referido Conselho, nesses termos,

- (A) não pode ser feita por lei, representando ingerência do Poder Legislativo nas atribuições do Executivo municipal, em afronta à separação de Poderes adotada pela Lei Orgânica do Município.
- (B) fere as normas de participação popular nas decisões do Poder Municipal estabelecidas pela Lei Orgânica do Município, uma vez que os Conselhos criados com esse fim não podem ter membros designados, apenas eleitos.
- (C) atende às diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica do Município, quanto à participação popular nas decisões do Poder Municipal e à articulação e integração de ações entre governo e sociedade na política municipal de habitação.
- (D) excede às previsões contidas na Lei Orgânica do Município sobre participação popular nas decisões do Poder Municipal, pois os Conselhos não podem ter função de fiscalização, mas apenas consultiva e de acompanhamento.
- (E) atende às determinações da Lei Orgânica do Município quanto à articulação e integração de ações entre governo e sociedade na política municipal de habitação, mas não no que se refere à composição do Conselho.

52. Para a organização da administração pública, a Lei Orgânica do Município de São Paulo estabelece a obrigatoriedade de

- (A) os órgãos de direção da administração indireta serem compostos por um colegiado, com a participação de, no mínimo, um diretor eleito entre os servidores e empregados públicos, na forma da lei.
- (B) constituição de comissões internas visando à prevenção de acidentes, quando assim o exigirem suas atividades, na forma da lei.
- (C) constituição de Comissões de Representantes dos servidores dentre eles eleitos, gozando estes de estabilidade no cargo ou emprego, até dois anos após o término do mandato, ainda que suplentes.
- (D) aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos para investidura em qualquer cargo ou emprego público.
- (E) apresentação de declaração pública de bens, trinta dias antes do ato da posse e até trinta dias após o desligamento de todo dirigente da administração direta e indireta.

53. A Lei Orgânica do Município de São Paulo assegura ao servidor público municipal

- (A) a realização de reajuste da remuneração sempre na mesma data, podendo ser adotados índices diferenciados entre a administração direta, autárquica e fundacional.
- (B) a gratificação de distância pelo exercício de atividade em unidades de trabalho consideradas de difícil acesso, restrita ao ocupante de cargo efetivo, na forma da lei.
- (C) a dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para realização de, no mínimo, oito consultas médicas e demais exames complementares, sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo ou emprego.
- (D) o recebimento do adicional por tempo de serviço público, concedido por quinquênio, que se incorporará aos vencimentos para todos os efeitos, não sendo computado nem acumulado para fins de concessão de acréscimos ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- (E) o recebimento da sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos quinze anos de efetivo exercício no serviço público, que se incorporará aos vencimentos para todos os efeitos.

54. Considere as seguintes afirmações sobre o Programa de Metas da Administração Pública municipal, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo:

- I. O Prefeito, eleito ou reeleito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até noventa dias após sua posse, observando, no mínimo, as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, diretrizes, ações estratégicas e demais normas da lei do Plano Diretor Estratégico.
- II. O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas, que serão elaborados e fixados conforme critérios estabelecidos na Lei Orgânica do Município, dentre os quais o atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana.
- III. O Prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a lei do Plano Diretor Estratégico, justificando-as por escrito e divulgando-as amplamente por meio eletrônico, pela mídia impressa, radiofônica e televisiva e publicação no Diário Oficial da Cidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**Direito Privado**

55. Em relação às modalidades e transmissões das obrigações, é correto afirmar:
- (A) Em regra, o cedente do crédito responde pela solvência do devedor.
 - (B) Se duas pessoas forem solidariamente responsáveis por uma dívida, o credor só poderá exigir, de cada uma, metade de seu valor.
 - (C) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.
 - (D) A entrega do título ao devedor não gera a presunção de pagamento.
 - (E) O credor não pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
-
56. É correto afirmar:
- (A) Se a pessoa natural tiver diversas residências, considerar-se-á seu domicílio o local em que residir há mais tempo.
 - (B) Nos contratos escritos, os contratantes não poderão especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
 - (C) São infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
 - (D) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
 - (E) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
-
57. Em relação aos contratos, é correto afirmar:
- (A) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do vendedor.
 - (B) O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive a forma e as solenidades do contrato principal.
 - (C) O vendedor nunca é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
 - (D) O doador pode doar todos os seus bens, mesmo que não reserve parte ou renda suficiente para sua subsistência.
 - (E) O contrato de fiança deve ser celebrado por escrito.
-
58. Em relação à atividade empresarial e ao empresário, é correto afirmar:
- (A) Quando a empresa não possui bens suficientes para saldar suas dívidas, em regra os sócios respondem com seu patrimônio pessoal.
 - (B) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
 - (C) É desnecessária a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
 - (D) Os cônjuges podem contratar sociedade entre si, qualquer que seja o regime de bens.
 - (E) A sociedade adquire personalidade jurídica dois anos depois da inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.
-
59. É correto afirmar:
- (A) São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
 - (B) A responsabilidade civil depende da criminal.
 - (C) Considera-se possuidor apenas aquele que detém fisicamente a coisa.
 - (D) A propriedade do solo não abrange a do espaço aéreo.
 - (E) Não haverá obrigação de reparar quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.



60. São direitos reais

- (A) a propriedade, o usufruto e o contrato de compra e venda.
- (B) a propriedade, o usufruto e o contrato de doação.
- (C) a propriedade, a hipoteca e o penhor.
- (D) o usufruto, o direito à vida e a habitação.
- (E) a habitação, o direito à vida e o direito à honra.

Instruções: As questões de números 61 a 63 contêm três afirmativas, assinale:

- (A) Está correta APENAS a afirmativa I.
- (B) Está correta APENAS a afirmativa II.
- (C) Está correta APENAS a afirmativa III.
- (D) Estão corretas APENAS as afirmativas I e II.
- (E) Estão corretas APENAS as afirmativas II e III.

61. Considere as proposições abaixo:

- I. a lei, depois de entrar em vigor, precisa respeitar o direito adquirido.
- II. os contratos de adesão não possuem validade jurídica.
- III. para haver responsabilização civil, sempre é necessária a comprovação de culpa.

62. Considere as proposições abaixo:

- I. O contrato social pode excluir o sócio de participar dos lucros e das perdas.
- II. O alienante do estabelecimento, salvo autorização expressa, não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.
- III. Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e terceiros prejudicados, independentemente de culpa, no desempenho de suas funções.

63. Considere as proposições abaixo:

- I. O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, responde pela evicção; e, pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.
- II. Os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais.
- III. O sócio, admitido em sociedade já constituída, exime-se das dívidas sociais anteriores à admissão.

Direito Administrativo

64. A criação, pelo Município, de uma autarquia para desempenhar atividade especializada, consistente na gestão do regime previdenciário do servidor público, constitui exemplo de

- (A) descentralização política, caso alcance servidores de outros poderes além do Executivo.
- (B) desconcentração, eis que se trata da criação de ente autônomo ao qual é atribuída a execução de atividade de titularidade do ente central.
- (C) descentralização administrativa, também denominada por serviços, funcional ou técnica, sujeitando-se a autarquia à tutela do ente instituidor nos limites da lei.
- (D) descentralização por colaboração, eis que envolve a transferência da titularidade de serviço ou atividade administrativa a outro ente, dotado de personalidade jurídica própria.
- (E) desconcentração, também denominada delegação, correspondendo à transferência da execução da atividade ou serviço público, mantendo-se, contudo, a titularidade do ente instituidor.



65. A Secretaria Municipal de Saúde pretende contratar a construção de um conjunto de unidades de atendimento básico, selecionando a empresa responsável pela execução das obras mediante regular procedimento licitatório, regido pela Lei nº 8.666/93. As obras não possuem complexidade técnica, porém, em função da grande quantidade de unidades a serem construídas, existe o risco de que a empresa vencedora do certame tenha dificuldade em executá-las de acordo com o cronograma estabelecido contratualmente. Para proteger-se de tal risco, a Administração poderá prever no Edital a obrigatoriedade de os licitantes
- (A) comprovarem a capacidade econômico-financeira para execução da obra, mediante a apresentação de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.
 - (B) apresentarem, na fase de habilitação, garantia de execução contratual, limitada a 10% do valor do objeto da licitação, na forma de caução, seguro-garantia ou fiança bancária.
 - (C) apresentarem a relação dos compromissos assumidos, que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.
 - (D) apresentarem metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecede a análise e deve ser feita por critérios objetivos.
 - (E) comprovarem a aptidão para o desempenho do objeto licitado, mediante a apresentação de atestados referenciados a serviços realizados no Município, nos 12 meses anteriores à instauração da licitação.
-
66. No curso de processo de execução fiscal, o Município adjudicou, como forma de pagamento da dívida do contribuinte, o imóvel no qual estava instalada a fábrica da empresa executada, além de veículos e outros bens móveis, passando, todos, a integrar o patrimônio da municipalidade. Ocorre que esses bens, exceto os veículos, não são do interesse da Administração, que decidiu, assim, aliená-los. De acordo com o regime jurídico dos bens públicos e conforme as disposições aplicáveis da Lei nº 8.666/93, o Município
- (A) somente pode alienar os bens móveis, mediante licitação na modalidade pregão, eis que os bens imóveis, a partir do momento que ingressam no patrimônio público, são gravados pela inalienabilidade.
 - (B) pode alienar todos os bens, móveis e imóveis, dada a sua natureza dominical, independentemente de procedimento licitatório, desde que por preço não inferior ao da avaliação feita na execução fiscal.
 - (C) pode alienar os bens, mediante prévia avaliação e adoção de procedimento licitatório, na modalidade pregão para os bens móveis e convite para os bens imóveis.
 - (D) somente pode alienar os bens imóveis mediante desafetação, operada com edição de lei específica, e licitação na modalidade concorrência, utilizando-se do valor de avaliação feita na execução fiscal.
 - (E) poderá alienar todos os bens, mediante prévia avaliação e licitação na modalidade leilão, comprovando a necessidade ou utilidade da venda dos imóveis e o caráter inservível dos móveis.
-
67. Determinado servidor público utilizou, em proveito próprio, bens integrantes do patrimônio de empresa controlada pelo Município. Restou comprovado que também se beneficiaram da utilização desses bens, particulares que não possuem vínculo com a Administração pública. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa,
- (A) as condutas do servidor e dos particulares somente são passíveis de tipificação como ato de improbidade na hipótese de comprovação de dano ao erário.
 - (B) apenas a conduta do servidor é passível de tipificação como ato de improbidade, eis que a Lei de improbidade não alcança atos praticados por particulares, que se submetem às sanções previstas na legislação penal.
 - (C) as condutas do servidor e dos particulares somente são passíveis de tipificação como ato de improbidade na hipótese de o Município concorrer com mais de 50% no patrimônio ou capital social da empresa.
 - (D) as condutas do servidor e dos particulares são passíveis de enquadramento como ato de improbidade administrativa, podendo ser cominadas, para os particulares, entre outras, a pena de multa e a proibição de contratar com a Administração.
 - (E) a conduta do servidor é passível de tipificação como ato de improbidade, consistente na violação dos princípios aplicáveis à Administração, podendo a dos particulares também sofrer tal enquadramento, desde que configurado enriquecimento ilícito e dano ao erário.
-
68. O Município constatou, após transcorrido grande lapso temporal, que concedera subsídio a empresa que não preenchia os requisitos legais para a obtenção do benefício. Diante de tal constatação, a autoridade
- (A) poderá revogar o ato concessório, utilizando a prerrogativa de rever os próprios atos de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.
 - (B) deverá anular o ato, desde que não transcorrido o prazo decadencial, com efeitos retroativos à data em que o ato foi emitido.
 - (C) poderá anular o ato, com base em seu poder de autotutela, com efeitos a partir da anulação.
 - (D) não poderá revogar ou anular o ato, em face da preclusão administrativa, devendo buscar a invalidade pela via judicial, desde que não decorrido o prazo decadencial.
 - (E) deverá convalidar o ato, por razões de interesse público e para preservação do direito adquirido, exceto se decorrido o prazo decadencial.



69. Determinada sociedade de economia mista municipal pretende ampliar sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira. De acordo com a Constituição Federal, para tal finalidade, os administradores da entidade poderão
- (A) firmar contrato de gestão com o poder público, tendo por objeto a fixação de metas de desempenho.
 - (B) solicitar a qualificação da empresa como agência executiva, mediante a apresentação de plano de metas e indicadores de desempenho.
 - (C) celebrar contrato de gestão com o poder público, passando a empresa a obter a qualificação de Organização Social – OS.
 - (D) celebrar contrato de programa com o poder público, para a execução de serviços públicos em regime de competição com a iniciativa privada.
 - (E) consorciar-se com entidade qualificada como Organização Social – OS, mediante a celebração de contrato de gestão, com a fixação de metas de desempenho.
-
70. No início dos anos 90, o poder público concedeu à iniciativa privada a exploração de rodovias, ficando a cargo do concessionário a recuperação e conservação do sistema viário, remunerando-se pela cobrança de tarifa dos usuários (pedágio). Aproximando-se o prazo final do contrato de concessão, o poder concedente pretende retomar os serviços, tendo em vista que o valor do pedágio tornou-se muito alto em função dos índices de reajuste estabelecidos contratualmente. De acordo com a legislação que rege a matéria, a Administração poderá
- (A) declarar a caducidade do contrato, caso comprove que os investimentos realizados pelo concessionário já foram amortizados, indenizando-o apenas pelos lucros cessantes.
 - (B) encampar o serviço, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização pelas parcelas dos investimentos feitos na rodovia para garantir a atualidade dos serviços, ainda não amortizados ou depreciados.
 - (C) decretar a reversão dos serviços, desde que não reste mais do que 48 meses para o término do prazo de concessão, indenizando as parcelas dos investimentos feitos na rodovia para garantir a atualidade dos serviços, ainda não amortizados ou depreciados.
 - (D) decretar a intervenção na concessão para reestabelecer, mediante procedimento administrativo específico com ampla defesa para o concessionário, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e a modicidade tarifária.
 - (E) decretar a encampação, desde que comprove lucros arbitrários pelo concessionário e desobediência ao princípio da modicidade tarifária, desonerando-se, nesse caso, do pagamento de qualquer indenização ao concessionário.
-
71. O controle exercido pelos Tribunais de Contas, na qualidade de auxiliar o controle externo, a cargo do Poder Legislativo, alcança, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) a legalidade dos atos de admissão de pessoal, da Administração direta e indireta, inclusive as nomeações para cargos de provimento em comissão.
 - (B) as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, bem como as melhorias posteriores, ainda que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
 - (C) os recursos repassados a entidades privadas mediante convênios, acordos, ou outros ajustes, exceto se a entidade não possuir finalidade lucrativa.
 - (D) os contratos celebrados pela Administração direta e indireta, exceto aqueles decorrentes de regular procedimento licitatório.
 - (E) as contas dos administradores de entidades integrantes da Administração direta e indireta e daqueles que derem causa a qualquer irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
-
72. O Município foi condenado a indenizar particular por danos sofridos em razão da omissão de socorro em hospital da rede pública municipal. Poderá exercer direito de regresso em face do servidor envolvido no incidente
- (A) com base na responsabilidade objetiva do mesmo, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre a atuação do servidor e o dano.
 - (B) apenas se comprovar a inexistência de causas excludentes de responsabilidade, situação em que estará configurada a responsabilidade objetiva do servidor.
 - (C) independentemente da comprovação de dolo ou culpa, desde que constatado descumprimento de dever funcional.
 - (D) com base na responsabilidade subjetiva do servidor, condicionada à comprovação de dolo ou culpa.
 - (E) desde que comprove conduta omissiva ou comissiva dolosa, afastada a responsabilidade no caso de culpa decorrente do exercício de sua atividade profissional.

Direito Penal

73. O juiz de determinada comarca, ao receber a denúncia formulada pelo Ministério Público contra o autor de um crime de peculato, considerou desnecessária a produção de provas e o interrogatório do réu e julgou antecipadamente a lide, condenando-o à pena de 6 anos de reclusão e multa. Essa decisão violou o princípio constitucional
- (A) do devido processo legal.
 - (B) da anterioridade da lei penal.
 - (C) da presunção de inocência.
 - (D) do juiz natural.
 - (E) da intervenção mínima.



74. César, na vigência da Lei nº 01, foi condenado à pena de dois meses de detenção, pela prática de determinado delito. A sentença transitou em julgado. Antes do trânsito em julgado, entrou em vigor a Lei nº 02, que aumentou a pena desse crime para três meses de detenção. Após o trânsito em julgado, entraram em vigor duas outras leis: a Lei nº 03, que reduziu a pena dessa infração penal para um mês de detenção, e a Lei nº 04, que aboliu o referido delito. Nesse caso,
- (A) aplica-se a pena resultante da média aritmética entre as penas de todas as leis referentes à mesma infração penal.
 - (B) não se aplica nenhuma das leis novas, que entraram em vigor após o trânsito em julgado da sentença.
 - (C) aplica-se a Lei nº 02, por ter entrado em vigor antes do trânsito em julgado da sentença.
 - (D) aplica-se a Lei nº 03, por ter mantido a incriminação, com redução da pena imposta.
 - (E) aplica-se a Lei nº 04, que deixou de incriminar fato que anteriormente era considerado ilícito penal.
-
75. Augusta, funcionária pública municipal, subtraiu da repartição em que trabalhava, uma máquina fotográfica, patrimônio da Prefeitura, que era utilizada na realização de perícias. Vários dias depois, arrependida, procurou a sua superiora hierárquica, confessou a subtração e devolveu a máquina referida. Nesse caso, na ação penal resultante desse fato, Augusta
- (A) será inocentada, por ter ocorrido arrependimento eficaz.
 - (B) responderá por tentativa de peculato.
 - (C) terá sua pena reduzida de um a dois terços.
 - (D) não terá nenhum benefício, por tratar-se de crime contra a Administração Pública.
 - (E) será inocentada, por ter ocorrido desistência voluntária.
-
76. A respeito do concurso de pessoas, é correto afirmar que
- (A) não é possível participação por omissão em crime comissivo.
 - (B) é possível a participação em crime omissivo puro.
 - (C) não pode haver participação em contravenção.
 - (D) é possível participação dolosa em crime culposos.
 - (E) a importância da participação não influi na pena a ser imposta.
-
77. No que concerne aos crimes contra a fé pública, é INCORRETO afirmar que
- (A) não há crime se a falsidade ideológica versar sobre fato juridicamente irrelevante.
 - (B) não há falsidade ideológica se o conteúdo da declaração retrata a opinião do agente e não um fato.
 - (C) para a caracterização do crime de falsidade ideológica basta a potencialidade de um evento danoso.
 - (D) o crime de falsificação de documento particular pode ser praticado na forma dolosa ou culposa.
 - (E) o testamento particular é considerado documento público para os efeitos penais.
-
78. Quanto aos crimes contra a Ordem Tributária, previstos na Lei nº 8.137/90, considere:
- I. A omissão de informação às autoridades fazendárias só constitui crime contra a ordem tributária se tiver a finalidade de suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório.
 - II. Todos os crimes contra a Ordem Tributária, previsto na Lei nº 8.137/90 são de ação penal pública.
 - III. Não constitui crime contra a ordem econômica divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II.
 - (E) III.
-
79. Paulus solicitou de Petrus a quantia de R\$ 5.000,00 para influir junto a seu amigo Sérvio, funcionário público municipal, para não autuar sua empresa por irregularidades fiscais. Sérvio, desconhecendo a conduta de Paulus, mas cedendo ao pedido deste, se omitiu e deixou de autuar a empresa de Petrus. Nesse caso, Paulus e Sérvio responderão, respectivamente, por
- (A) advocacia administrativa e prevaricação.
 - (B) condescendência criminosos e prevaricação.
 - (C) corrupção ativa e corrupção passiva qualificada.
 - (D) tráfico de influência e prevaricação.
 - (E) tráfico de influência e corrupção passiva privilegiada, respectivamente.
-
80. Régis, funcionário público municipal, constatou que Celius sonegava impostos devidos à municipalidade. Antes de efetivar a autuação, colocou faixas na porta do estabelecimento comercial de Celius dizendo: *estou sendo autuado por sonegação de impostos*. O fato teve grande repercussão e a foto chegou a sair num jornal do bairro. Nesse caso, Régis
- (A) cometeu crime de prevaricação.
 - (B) não cometeu nenhum delito, pois se limitou a alertar a população a respeito da conduta de Celius.
 - (C) cometeu crime de excesso de exação.
 - (D) não cometeu nenhum delito, porque estava no exercício de sua função pública.
 - (E) cometeu crime de abuso de autoridade.